Belém Ribeirinha

Marco Contextual

Elaborado por João Meirelles Filho

15 de dezembro de 2014

Rua Ó de Almeida, 1083 | CEP: 66053-190 | Belém, Pará, Brasil
F +55 91 3222 6000 | peabiru@peabiru.org.br | www.peabiru.org.br

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Índice

1. A Metrópole Ribeirinha 3

a. Situação geográfica 3

b. Situação Ambiental 5

c. Situação Social 7

d. Organização social 9

e. Situação Econômica 10

f. Insegurança fundiária nas ilhas 12

2. A abordagem do Instituto Peabiru para a Belém Ribeirinha 14

3. A experiência do Instituto Peabiru na Belém Ribeirinha 17

4. Referências 19

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

1. A Metrópole Ribeirinha

a. Situação geográfica

Uma parte substantiva dos municípios de Belém e Ananindeua constituem-se sistemas insulares. Em Belém são 39 ilhas que, à exceção de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba, que possuem áreas urbanizadas e maior população, são ilhas consideradas densamente florestadas e de baixa densidade populacional [SILVA, 2010, p.36]. Nestas ilhas habitavam em 2000 cerca de 8.260 pessoas segundo o IBGE [SILVA, 2010, p.35].

Esta ocupação é caracterizada por comunidades ribeirinhas de diferentes dimensões, seja por casas isoladas ou em pequenas aglomerações. Geralmente, as habitações estão junto à água de canais e rios permanentes. A partir de levantamento da SECON/Belém, Sérgio Brazão e Silva, comenta a existência de cerca de 942 famílias em dezenas de comunidades [SILVA, 2010, p. 68-69]. O Instituto Peabiru constatou em suas diferentes visitas às ilhas de Jutuba e Cotijuba a existência de diversas comunidades numa mesma ilha.

À exceção de Mosqueiro e Ilhas do Norte, que são parte do Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS), as Ilhas de Belém estão sob a Administração do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT). Na verdade, a Região Metropolitana de Belém (RMB), dos 7 municípios – Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará –, somente Benevides, Santa Isabel e Castanhal não possuem expressivas comunidades ribeirinhas. Pode-se afirmar ainda, que municípios fora da Região Metropolitana, apresentam igual ocupação, como sucede com Acará e Barcarena. Na primeira, estão as ilhas de Sacaia, Arapixi, Ilha Maçarico, Ilha dos Patos, Ilha do Mata Fome, Ilha Arapari, Ilha Jussara, Ilha dos Papagaios, Ilha do Maracujá, Trambioca, Ilha Tanquãzinho, Santa Maria, Ilha (Ilhas Sul – Rio Guamá).

Em Barcarena, por sua vez, destaca-se a Ilha das Onças, imediatamente defronte a Belém, possui importantes dimensões e há um Projeto de Assentamento Agroextrativista, com 500

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

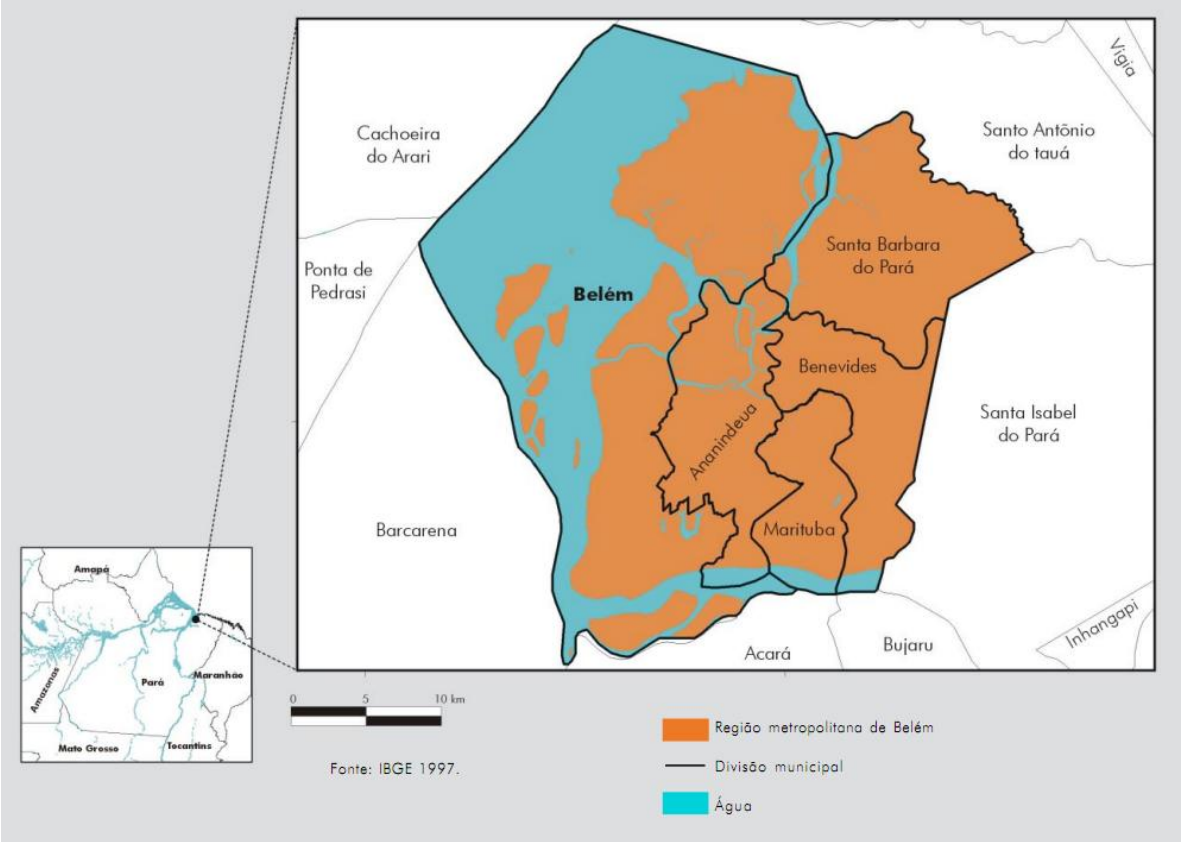
peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

famílias, sem contar as ilhas de Urubuoca, Arapiranga, Longa, Mucura, Arapari e São Mateus, todas, igualmente, assentamentos agroextrativistas.

Se os ribeirinhos das margens continentais praticamente desapareceram de municípios como Belém ou Ananindeua, o mesmo não sucede em Barcarena, Acará ou mesmo Santa Bárbara.

No Município de Belém as ilhas são distribuídas em quatro blocos, com destaque a algumas das ilhas acima de 10 hectares: a) ao Norte, entre as quais, Mosqueiro, Papagaio, Cunuari, São Pedro e Conceição, a, b) ao Centro-Leste, Caratateua (Outeiro); c) no Extremo Oeste, entre as quais, Cotijuba, Ilha Nova (Coroinha), Jutuba, Tatuoca, Urubuoca, Patos/Mirim, Paquetá-açú; e, d) ao Sul, Cintra (Maracujá), Murutucã, Ilhinha, Combu (Marineira) e Grande. Em Ananindeua (junto às Ilhas Norte de Belém) estão as ilhas de João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa.



Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

b. Situação Ambiental

A formação geológica recente, a topografia plana e baixa e a influência da maré resultam num ambiente natural característico de várzea, no caso, de várzea de maré. Segundo o INPE se trata de região de formação geológica recente, com formações Pós-Barreiras, e diversas áreas se formaram ou se separaram do continente nos últimos cinco a oito mil anos [ROSSETI, INPE, 2008].

Além disto, Silva aponta que, *embora possuam diferenças, os ambientes naturais das ilhas apresentam em comum: a preservação de significativa massa verde, ações antrópicas localizadas, presença de moradores ribeirinhos e predominância de ações extrativistas como fonte de renda à população em sua atividade rural* [SILVA, 2010, p.26].

Os levantamentos a partir de visitas que o Instituto Peabiru realiza às ilhas há mais de 8 anos, por conta de diferentes projetos, indicam que a região enfrenta: a) crescente desmatamento (em nome da expansão urbana nas áreas de terra firme e, de forma generalizada, para a obtenção de madeira e carvão); b) erosão (frente ao crescimento da monocultura do açaí, que ocupa todos os terrenos, de várzea ou não, inclusive até as margens, o aumento do fluxo embarcações e as mudanças climáticas, observa-se maior suscetibilidade à erosão); c) poluição das águas (por esgoto residencial e industrial não tratado, lixo e derramamento de óleo por embarcações, considerando-se que a metrópole tem tratamento de esgotos para menos de 10% de seus estabelecimentos); d) ameaça de expansão de novos empreendimentos (como os porto de Outeiro (Sotave) e os portos de Icoaraci e os inúmeros lançamentos imobiliários em Outeiro, entre outros); e e) falta de Unidades de Conservação e definição fundiária das terras, especialmente de ilhas menores. Em particular, observa-se a invasão recente das áreas de ninhais da Ilha dos Papagaios; a fragilidade de gestão da APA estadual da Ilha do Combu; dentre outros exemplos flagrantes de ambientes frágeis e patrimônios arqueológicos desprotegidos.

Em se tratando de províncias da biodiversidade, a Belém Ribeirinha se localiza no “Centro de Endemismo de Belém”, que apresenta mais de 70% de sua cobertura florestal alterada, o mais avançado grau de degradação na Amazônia. Esta classificação do Museu Paraense Emílio

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Goeldi e a Conservação Internacional apresenta o maior número de espécies vegetais e animais ameaçadas da Amazônia, e que demanda o monitoramento a partir da legislação federal e estadual de proteção a espécies ameaçadas [GARDA et al., 2010; SILVA, 2005; SILVA & GARDA, 2011; VIEIRA et al., 2005].

Acresça-se que as áreas úmidas, especialmente aquelas sujeitas à maré, apresentam, ainda, baixa capacidade de resiliência pela dificuldade de reposição dos ciclos naturais diante de forte processo de ocupação.

Importante comentar que pela região passam 25% das águas de todos os rios do Planeta, se considerarmos o delta do Amazonas e do Tocantins e demais rios da região (Acará, Mojú, Guamá e outros) e, que esta sofre forte influência das águas interiores, assim como do regime de maré, e uma das regiões úmidas mais importantes.

Diante deste cenário inexistem unidades de conservação de proteção integral, ainda que hajam sido sugeridas em diferentes ocasiões [SILVA, 2010, p. 116]. A única área de uso sustentável é a Área de Proteção Ambiental do Combu, criada pelo Estado do Pará e que possui baixa capacidade de gestão nesta Ilha.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

c. Situação Social

Em primeiro lugar, não se sabe quantos são os habitantes da Belém Ribeirinha. Se considerarmos apenas as ilhas de Belém à exceção de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba, pode-se estimar uma população superior a duas mil famílias. Os dados relacionados a Cotijuba demonstram a precariedade da informação, seja pelo dinamismo que ocorre, seja pelo isolamento e consequente sub-notificação ou outras causas (como a de informar residência fora das ilhas, mas efetivamente ali habitar). Segundo o Censo do IBGE, em 2010 haveria 3.750 habitantes em Cotijuba. Porém, nas reiteradas visitas as lideranças comunitárias e representantes públicos sempre falam em 5.000 habitantes permanentes [IBGE, 2010].

Se considerarmos os municípios de Ananindeua, Barcarena, Belém, há 16 assentamentos agroextrativistas (PAE) do INCRA, com um total de 1.852 famílias cadastradas, das quais, 738 famílias entre Belém e Ananindeua [INCRA, 2013]. A experiência do Instituto Peabiru nos Assentamentos Agroextrativistas em condições similares em 2014, como os das ilhas de Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras, indicam que estes números precisam ser atualizados e, geralmente, são maiores que os levantados preliminarmente. Sabe-se, ainda, que muitas ilhas e respectivas comunidades ficaram de fora desta política pública de assentamento agroextrativista e são habitadas. Assim, para se chegar a um total de famílias ribeirinhas nestes dois municípios haveria que se avançar num estudo sobre sua condição, inclusive contemplando as ribeiras de ilhas maiores como Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua.

De qualquer maneira, o que importa caracterizar é o modo de vida do ribeirinho que habita nas ilhas de Belém e Ananindeua e participes dos Assentamentos Agroextrativistas (PAEs). Estes têm sua dinâmica fortemente relacionada ao modo de vida tradicional, o que o diferencia, imediatamente, do morador das áreas urbanizadas. São diferentes os modos de se locomover, obter alimento, gerar renda, relacionar-se com o meio natural, com seus vizinhos, enfim, afetando diretamente a sua sociedade, economia, cultura e religiosidade.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Na composição etária evidencia-se a alta proporção de jovens e crianças, por um lado, e de número representativo daqueles acima de 60 anos. É alto o índice de migração da faixa entre 16 e 30 anos, em busca de trabalho, educação e acesso a serviços urbanos, sem contar o baixo interesse em permanecer nas ilhas dedicando-se a atividades tradicionais como a pesca, a coleta do açaí e o roçado. [PEABIRU, 2005]

O acesso às ilhas e margens se dá, principalmente, por via de transporte fluvial irregular, insuficiente, caro e precário. A região sofre com o baixo acesso a serviços públicos: baixíssimo índice de acesso a água potável e saneamento básico; falta de local adequado para disposição do lixo (descartado no mesmo rio de onde se coleta a água para o consumo familiar); distância para as escolas de primeiro grau e falta de escolas de nível médio; crescente insegurança (inclusive pirataria); exclusão da rede de energia elétrica, com alternativas muito caras (geralmente dependentes de geradores a diesel particulares); e dificuldade de comunicação (acesso a telefonia e internet); e insuficiente assistência técnica rural. Some-se a isso, a baixa representatividade política e escassa articulação social na região, com baixas perspectivas de aumentar a atenção a estas comunidades e suas problemáticas a curto prazo.

O aumento do custo de vida resulta em crescente dificuldade de se manter apenas com atividades tradicionais, essencialmente a pesca do camarão e do peixe, a coleta do açaí, alem. Além disto, as poucas alternativas econômicas recentes, como o turismo, apresentam novos riscos associados, como a prostituição infantil.

Um das maiores fragilidades é o baixa capacidade de organização local, com capital social insuficiente para o enfrentamento das principais problemáticas levantadas. Observa-se a falta de representação política dos ribeirinhos, baixa capacidade de atuação dos sindicatos e associações, aumentando ainda mais a invisibilidade destes grupos. Também se percebe que a presença de organizações de pesquisa, como as universidades e de organizações da sociedade civil que atuam no município, estado ou mesmo na Amazônia, as ONGs, têm baixa presença na região.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

d. Organização social

Como bem lembra Silva, há diferentes organizações locais, estimulados por gestões municipais, estaduais, questões religiosas, esportivas e outras, as quais se transformaram em associações, divididas em associações de classe, religiosas, esportivas e de outros gêneros [SILVA, 2010, p.93]. Este autor levanta algumas entidades, entre colônia de pesca, associações de pescadores, comunitárias e produtores; 12 associações religiosas; 4 esportivas e 2 relacionadas a gênero. A Igreja Católica, a partir da Paróquia das Ilhas, sediada em Outeiro, nos últimos 5 anos, por conta do Grito das Ilhas levanta número maior de organizações. Este Grito se transformou, a partir de 2011, em Fórum das Ilhas e busca mobilizar as organizações de base local e formalizar, de alguma maneira, a sua atuação.

Importante é o conjunto de questões levantada por este Fórum, entre as quais estão: Abastecimento de água – água da chuva, em parceria com a Cáritas / Arquidiocese; Policiamento dos rios (com o Grupamento Fluvial - GFLU, do Sistema de Segurança Pública do Pará), projeto "Ribeirinho da Paz"; Saúde - Belém e Barcarena (com a Casa Civil da Governadoria, Programa Articulação e Cidadania, Pró Paz e Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA); Natal d'Água, Pastoral das Ilhas e Casa Civil da Governadoria, Programa Articulação e Cidadania; Implantação de base móvel fluvial da polícia (temporária), comunidade de São João (Ilhas das Onças); Conselho de Segurança das Ilhas do Oeste (CONSEG) – ilhas de Urubuoca, Nova, Paquetá, Jamací, Jutuba e Arapiranga; Cursos para as comunidades ribeirinhas como: eletrecista predial, bijouterias, manipulação de alimentos, artesanato, panificação, arranjos florais e outros; Reativação do transporte escolar para ilhas de Barcarena – Prefeituras envolvidas – Belém, Barcarena e Acará [FORUM DAS ILHAS, 2011]

Entre as entidades levantadas por SILVA, como de gênero, está o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), com sede na Ilha de Cotijuba, com quinze anos de trabalho e atuando, igualmente, em Paquetá, Jutuba e Ilha Nova. O Instituto Peabiru é parceiro desta entidade há mais de 8 anos e possui estratégias de longo prazo, de ações em diferentes frentes –

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

assistência técnica e extensão rural para geração de emprego e renda (ecoturismo, artesanato), educação (inclusão digital) questões de Gênero (fortalecimento da posição da mulher na sociedade), segurança energética, entre outros. Juntos, Peabiru e MMIB já executaram 6 projetos, financiados por distintas fontes (Bolsa de Valores Sociais e Ambientais, ENERGIZER, NATURA, OI FUTURO, PHILIPS e SAMBAZON), e têm uma carteira conjunta de projetos em mobilização de recursos.

De qualquer maneira, é evidente a baixa organização social local, e a baixa mobilização e reivindicação relacionada a direitos básicos.

e. Situação Econômica

A economia local depende, em grande parte, de atividades extrativistas sazonais de subsistência, nomeadamente do extrativismo vegetal (açaí, bacaba, frutas) e da pesca (camarão e peixe), além da agricultura familiar de subsistência, voltada para a roça de mandioca, o carvão e complementada pela coleta de frutas do quintal. Em determinadas localidades de Outeiro, Cotijuba, Combu e Mosqueiro o turismo de verão ou de fim de semana alcança algum impacto.

Complemente-se para Guerra, *Em Cotijuba, pode-se considerar como atividades extrativas, a exploração de areia para a construção civil, a derrubada de árvores para a fabricação de estacas ou para a construção civil e a coleta de alguns produtos florestais existentes na Ilha. O mais significativo, porém, tem sido a eliminação de árvores para instalação de moradias, na parte sul e na costa oeste da Ilha, embora esta prática esteja sendo compensada pela diminuição da pressão sobre outras áreas anteriormente utilizadas com maior dinamismo ou pela substituição das plantas nativas por outras culturas consagradas como domésticas* [GUERRA, 2007, p. 22].

Ainda que a renda local seja composta fundamentalmente destas atividades e de benefícios sociais públicos, nota-se sua insignificância no contexto geral urbano ou mesmo dos produtos extrativistas. Existe também baixa capacidade de geração local de empregos, sendo a informalidade a tônica geral da economia.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Para o geólogo e professor da UFPA, Milton Matta, que estudou a região, *As comunidades das Ilhas Sul têm a sua renda ligada à extração dos recursos naturais, principalmente o açaí e o pescado. Por conta disso, na época do defeso do peixe e da entressafra do açaí, os ribeirinhos ficam sem alternativa de renda, fato que aumenta a criminalidade nas ilhas, a prostituição infantil e o tráfico de drogas na região* [MATTA, 2011].

De certa maneira, a exclusão econômica destas comunidades se explica por sua história econômica. Estas ilhas de Belém e Ananindeua se caracterizam por um suceder de ciclos de exploração altamente excludentes (concentradores de renda, poder e acesso a terra), com alto custo social e ecológico. Se não foram capazes de destruir a vegetação nativa, como ocorreu em outras regiões do Salgado ou outras, especialmente por conta da condição de várzea, houve um empobrecimento da biodiversidade e dos recursos naturais disponíveis, especialmente da madeira e
do pescado.

Desde os primeiros engenhos de cana de açúcar e arroz no século XVIII e XIX, com a introdução da exploração do indígena (que foi extinta na região) e de escravos, trazidos da África a partir do Século XVIII e que reuniram-se, principalmente no Vale do Rio Acará, Guamá e Mojú, seguido pelo breves ciclos da borracha (1890-1914 e 1940-1945), a moderna ocupação da Belém Insular ocorre no inicio do século XX, após a *débâcle* da borracha, pela lenta ocupação das margens por extrativistas.

Mesmo o recente crescimento da economia do fruto do açaí, que vem alterando o panorama socioeconômico regional (do Delta Amazônico), valorizando um produto básico da dieta e da cultura locais, merece atenção. Em cenário semelhante no Marajó, pesquisando os impactos do açaí desde 2005, o Instituto Peabiru, associado a pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e universidades do Amapá e Pará, vem registrando as mudanças na sociedade e economias locais, e do ponto de vista ambiental, no microambiente e no macroambiente.

Se a renda gerada agora é muito maior, pela alta valorização do produto nos últimos anos, e preciso conduzir a atividade segundo as técnicas do bom manejo e garantir uma melhor

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

posição dos produtores (os elos mais frágeis da cadeia de valor), para que, efetivamente, haja benefícios efetivos e duradouros. Complemente-se com os riscos do ponto de vista ambiental pois, preocupa a retirada de espécies arbóreas nas áreas dos açaizais (ex. andirobeira, pau mulato, virola, outras palmeiras etc.) e abertura de canais e estradas, o que pode aumentar os riscos de erosão, especialmente em ambiente de várzea, suscetibilidade a doenças nas plantas (pela monocultura) e menor acesso de polinizadores principais (as abelhas nativas, melíponas, uma vez que suas moradas são destruídas), o que resultaria em menos frutos no cacho.

Comente-se, outrossim, que o abrupto ingresso de recursos financeiros vultuosos numa economia até então pouco monetarizada (dependendo muito de trocas), a falta de costume de gestão e educação financeira (poupança, uma vez que se trata de produto de safra), elevam o risco de destinação inadequada, como a aquisição de bens supérfluos e a dificuldade de poupar para a subsistência em períodos fora da safra, investir em melhorias mais duradouras, como a educação, a moradia e mesmo na atividade econômica e, isto sem contar com o acesso a drogas, resultando em violência até então desconhecidas no meio ribeirinho. Agrava-se ainda, a violência, especialmente contra a mulher e crianças, com a presença de piratas, uso de drogas e aumento do consumo de bebidas alcoólicas.

f. Insegurança fundiária nas ilhas

Se os assentamentos agroextrativistas regulam o acesso à terra nas ilhas, o mesmo não sucede em áreas contíguas ou próximas, muitas vezes separada por um curso d'água de pequena monta ou um canal. Assim, em ilhas como Cotijuba, Outeiro, Mosqueiro (*a Bucólica*), em Belém, repete-se o processo de ocupação vigente na metrópole – o da invasão. A invasão aumenta a violência, a insegurança e a destruição dos recursos naturais (com a retirada indiscriminada de areia e pedra para a construção civil e, a retirada completa da madeira, seja para queima, carvão ou outros usos, a caça até a exaustão e a drástica diminuição da pesca).

Em alguns casos, como em Ananindeua e em Outeiro, empreendimentos imobiliários de grande porte disputam o espaço com comunidades tradicionais e, uma vez efetivamente

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

ocupados por seus adquirentes, disputarão outros recursos. Este é o caso de acesso a locais tradicionais de pesca, caça, retirada de recursos vegetais ou, a mera navegação nos canais, agora disputados por embarcações de lazer em alta velocidade (ameaçando os frágeis casquinhos dos ribeirinhos, inclusive de crianças), sem contar a pressão pela busca de locais para instalação de moradias aos empregados destes empreendimentos.

O sucesso da grilagem e destes empreendimentos resulta na expulsão de comunidades tradicionais de ribeirinhos, processo que os assentamentos agroextrativistas federais estancam, mas que não isenta as ilhas onde não existem ainda os assentamentos. Considere-se, por fim, que esta explosão imobiliária, aliada à logística precária, acarreta significativo aumento do custo de vida nas ilhas, sem que haja correspondente aumento de renda e de busca de alternativas.

Se as políticas sociais federais (bolsa família, Brasil carinhoso, defeso de pesca etc.) vêm beneficiando populações até então sem acesso à maioria das políticas públicas, o isolamento pela precariedade do transporte, a falta de serviços bancários e outras deficiências estruturais, vem causando grande dificuldade na obtenção destes recursos. Importante comentar que as políticas associadas a assentamentos agroextrativistas, contribuem, ainda mais, para resgatar as populações rurais, especialmente aquelas ribeirinhas de seu isolamento socioeconômico.

Desta forma, terá grande impacto econômico local a melhoria da infraestrutura diretamente relacionada à produção (trapiche, transportes, energia, água etc.). Da mesma forma, o monitoramento da cadeia de valor de produtos da sociobiodiversidade e sua oferta para as políticas publicas de PAA e PNAE podem mudar a vida destes ribeirinhos.

No entanto, somente uma economia de baixo impacto, orientada ao bom manejo, contribuirá por garantir um estoque economicamente viável de pescado e do extrativismo, de maneira sustentável. Espera-se, ainda, que a melhor organização social resulte em adquirir escala à produção, na feita que a venda individual dos ribeirinhos a atravessadores, seja em seu próprio trapiche, ou na pedra de Icoaraci ou do Ver-o-Peso ou outros portos ribeirinhos da metrópole, como o Porto da Palha, enfraquecem a posição do produtor agroextrativista [INST. NOVA CART. SOCIAL, 2007].

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Importa notar que os três produtos da base extrativa – o camarão, o pescado e o açaí são altamente perecíveis, tornando-se sem serventia se passarem muitas horas desde sua coleta, o que enfraquece a capacidade de negociar do produtor.

Mesmo se considerados os mercados de políticas publicas municipais, estaduais e federais, é preciso reunir quantidades mínimas, estar plenamente formalizado e obedecer uma serie de quesitos para os quais, muitas vezes, um produtor rural tão isolado, como os assentados de PAEs têm dificuldade em cumprir.

2. A abordagem do Instituto Peabiru para a Belém Ribeirinha

O Instituto Peabiru trabalha na região desde 2005, especialmente em Cotijuba e em Boa Vista do Acará. A partir do planejamento estratégico do Instituto Peabiru no início de 2014 decidiu-se pela criação de um programa específico – o *Programa Belém Ribeirinha* – visando melhor coordenar os esforços para os estudos e ações na região e a mobilização de recursos para os projetos e ações propostos, como veremos mais adiante.

É neste sentido que, a partir de demandas locais e aprendizados da instituição em outras regiões, como o Marajó e Salgado Paraense e, que resultaram em tecnologias sociais de trabalho, podem ser aplicadas pelos ribeirinhos para a melhoria de sua qualidade de vida e sua maior autonomia e organização. São aprendizados como aqueles resultantes do projeto de "Promoção do arranjo produtivo do açaí e da andiroba para Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará", a partir do edital público do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do MMA, em andamento, que permitem propor políticas públicas.

Assim, do ponto de vista geral, é primordial, e urgente, superar os modelos de desenvolvimento que prevaleceram até agora na Amazônia e se alcance sistemas compatíveis com a natureza do agroextrativismo e a agricultura familiar, e que sejam de baixo impacto, contribuam para a efetiva melhoria de qualidade de vida das populações rurais, para a geração de emprego e renda, que contemplem fortemente as questões de gênero, enfim que não deixem apenas como alternativa a jovens a migração ou o se assumirem um subemprego numa fazenda

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

de gado ou se tornarem bóias-frias das monoculturas, como aquela que se enseja como redentora – segundo o agronegócio –, a do arroz irrigado em larga escala.

Comente-se, outrossim, que o Instituto Peabiru muito aprendeu no último ano com a Assistência Técnica e Extensão Rural, para os Projetos de Assentamento Agroextrativistas em Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, no Marajó, atendendo mais de seiscentas famílias. E, por fim, o trabalho de sete anos em parceria com os 150 agricultores familiares do assentamento estadual Arauaí I, II e III, em Mojú, PA, provedores de frutos da palma (dendê) para a empresa Agropalma, também apresenta diversas tecnologias sociais a observar, especialmente a criação e o monitoramento, pelos próprios agricultores, de indicadores ambientais, sociais e econômicos – os indicadores de sustentabilidade.

Entre seus aprendizados destacam-se que, uma vez os agricultores tenham oportunidade de medir e refletir sobre suas próprias vidas, sua percepção sobre os diferentes processos, de quem é a responsabilidade e de como proceder, altera-se substancialmente, valorizando-se a construção coletiva, a busca por informações e soluções, de forma objetiva, e a consolidação de um processo democrático. A interação com outros atores, como o PREVFOGO/IBAMA, a Prefeitura Municipal de Mojú, o STTR, a própria empresa Agropalma, entre outros, permite compreender melhor os diferentes atores e os seus papéis e as oportunidades.

Num processo inovador e participativo, o Instituto Peabiru definiu um conjunto de indicadores de sustentabilidade e formou jovens filhos e parentes dos agricultores familiares como pesquisadores socioambientais (PSA), para monitorar e refletir sobre estes indicadores. Em sua quarta medição, os pesquisadores socioambientais aplicam o “Caderno de Indicadores de Sustentabilidade” e aprendem a tabular e a interpretar e refletir sobre os indicadores. O impacto deste trabalho está no comportamento dos jovens e mesmo dos agricultores familiares sobre as diversas temáticas definidas como prioritárias – produtos alternativos ao dendê para a segurança alimentar, lixo, manipulação de agrotóxicos, combate ao desmatamento e fogo, associativismo etc.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

O resultado é melhorar a qualidade de vida a partir de um protagonismo da própria comunidade. (vide relatório anual de 2011 do Instituto Peabiru no web-site www.peabiru.org.br). Este aprendizado conduz a uma reflexão que a ATER precisa ser acompanhada da medição científica e a reflexão sobre os indicadores, a partir de um marco zero, e que permita discutir sobre avanços e retrocessos.

Comente-se a importância de, neste processo de desenvolvimento, buscar a identificação da origem da produção e associá-la como produto da agricultura familiar, de baixo impacto, associada ao conhecimento tradicional e de caráter inclusivo. Para a Dra. Ima Vieira, Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, tratando sobre o Marajó, comenta: "Uma das estratégias inovadoras que constitui formas especiais de proteção dos produtos são as Indicações Geográficas - IG, que é uma forma de agregar valor e credibilidade a um produto ou serviço, conferindo-lhes um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem. Elas visam, principalmente, distinguir a sua origem através da identificação da sua área de produção."(...) "Essas políticas devem valorizar os dispositivos de reconhecimento da produção diversificada e de alta qualidade, possibilitando agregação de renda aos produtores que não têm condições de competir no setor de alimentos com a produção em larga escala" [VIEIRA, 2010].

Por fim, é importante asseverar que a mais dramática constatação se refere à precariedade da infraestrutura pública e não apenas relacionada à produção. Seja do ponto de vista social, como econômico, todos dependem da capital, seja do porto de Icoaraci, seja dos portos ao longo de Belém, ou para as ilhas de Ananindeua, de portos nos furos. Num cenário em que a área urbana apresenta forte crescimento econômico e, consequente melhoria da qualidade de vida, a exclusão histórica dos ribeirinhos se torna mais clara – especialmente em questões básicas, como acesso a água potável, energia, saúde, transporte. Mesmo questões básicas não foram solucionadas, como a da água potável. Muitas comunidades despendem grandes somas de recursos, apenas para ter água para beber, como é o caso das comunidades na Ilha de Jutuba [PEABIRU, 2014].

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Pois bem, a priorização na qual nos pautamos, resulta do rico processo metodológico científico que adotamos – o de *Pesquisa-Ação* –, e que se baseia na construção coletiva da agenda de trabalho, bem como na reflexão *in loco* sobre os resultados dos documentos científicos que produzimos ao longo deste período inicial de trabalho.

3. A experiência do Instituto Peabiru na Belém Ribeirinha

O Instituto Peabiru se dedica, desde 2005, a pequenas iniciativas, em parceria com o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém. Neste período foram realizadas seis ações, das quais duas estão em curso (1. Projeto Ilumine seu campo, com Philips, com IDEAAS; 2. Projeto Um milhão de lâmpadas, da empresa Energizer, com IDEAAS). As ações realizadas são em:

1. Estudos sobre impacto socioeconômico de produto da sociobiodiversidade (Estudo sobre o impacto do plantio de priprioca em Cotijuba, Boa Vista do Acará, em Acará, e Campo Limpo, em Santo Antônio do Tauá, patrocínio: Natura, 2004);
2. Questões de Gênero (Ilhas com Lideranças, patrocínio da Natura, 2007);
3. Geração de renda (a. Escola Ribeirinha de Negócios, Bolsa de Valores Sociais e Ambientais, 2009; b. Apoio à construção de barracão de artesanato, patrocínio: Sambazon, 2010);
4. Inclusão digital (Guia-me Belém, patrocínio: Oi Futuro, 2009)
5. Energia - construção de quadra com iluminação de energia solar (Philips), distribuição de luminárias de energia solar (Energizer).

Atualmente MMIB e Instituto Peabiru realizam pesquisas e elaboram projetos nas temáticas de acesso a água e energia para as ilhas mais isoladas, bem como de ecoturismo de base comunitária. Na região, foram também preparados estudos para a Associação dos Produtores de Boa Vista do Acará, em Acará, para o plano de negócio para compensatórias, com patrocínio da Natura (2009). A prioridade é realizar amplo diagnóstico sobre esta região – Escuta Belém Ribeirinha – onde vivem mais de 20 mil ribeirinhos. Na região, a maioria não tem segurança fundiária, é precário o acesso a transporte regular, a água potável e saneamento básico. Outra prioridade é a segurança energética e o acesso à água potável. As pesquisas preliminares demonstram o alto gasto com água potável e energia, diante da crescente

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

dificuldade de gerar renda a partir do manejo dos recursos naturais (açaí, camarão, pescado etc.) em função da expansão urbana da Região Metropolitana de Belém.

Por fim, o MMIB em parceria com o Instituto Peabiru e a Associação Filhos do Quilombo, de Mojú (Quilombos África e Laranjituba) em parceria com o Instituto Peabiru buscam recursos para iniciativas conjuntas em diferentes áreas.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

4. Referências

BRASIL, Governo Federal. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó**. Casa Civil da Presidências da República. Brasília, DF, 2007. 313 p.

BUARQUE, C. **A internacionalização do mundo.** Rio de Janeiro, O Globo, 2000.

COLEGIADO TERRITORIAL DO MARAJO – CODETEM. **Carta do Território da Cidadania do Marajó.** Ponta de Pedras, PA, 20 de novembro de 2011.

_____.**Carta do Território da Cidadania do Marajó Sobre a Educação Ribeirinha**. Portel, PA, 30 de março de 2012.

CORDEIRO, A.C. Santana. **Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: açaí, mandioca, pesca artesanal e pecuária**. Belém, PA: UFRA & Instituto Peabiru. 2011.

DEMO, P. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

DINIZ, Guttemberg; KATO, Oswaldo; FREIRE, Jacqueline. *PROJETO MEGAM. Ilhas Estuarinas e ocupação humana.* s/d.

DINIZ, Francisco Perpetuo Santos. *Território e desenvolvimento sustentável no assentamento agro-extrativista Nova Esperança - Ilha João Pilatos, Ananindeua, PA.* Belém, PA: FIBRA in Anais da III Jornada de Pós-Graduação da FIBRA – setembro de 2010, pg 66-72. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fibrapara.edu.br%2Fseer%2Fojs%2Findex.php%2Fanais%2Farticle%2Fdownload%2F40%2F37&ei=FgttU_LpG-ersQT8vYHQCw&usg=AFQjCNEsz102fy_GMB0ZJULobl5cSduf_A&bvm=bv.66111022,d.cWc

GARDA, A.A., Silva, J.M.C. & Baião, P.C. (2010) Biodiversity conservation and sustainable development in the Amazon. **Systematics and Biodiversity**, 8, 169–175.

GUERRA, G. A. D; CARVALHO, V. R. V. de. Ruralidade na Capital do Estado do Pará. Permanências e Mudanças na Ilha de Cotijuba. In Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos, Aragon, Luis E. (org.). BELÉM. 2003. UFPA/NAEA, p.210- 211.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estat. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2009.

IBGE, Censo 2010.

INCRA, Estatísticas dos assentamentos agroextrativistas.

INPE, 2010 e 2012.

INSTITUTO PEABIRU. **Assessoria técnica para a elaboração de diagnóstico e plano de desenvolvimento das comunidades de Boa Vista, Cotijuba e Campo Limpo, Pará**. Belém, Pará: Instituto Peabiru, documento interno. Julho de 2005.

INSTITUTO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Ribeirinhos das Ilhas de Belém**. Belém, Pará: UFPA, Nova Cartografia Social da Amazônia, No 8. *2007.* Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCwQFjAA&ur

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

l=http%3A%2F%2Fnovacartografiasocial.com%2F%3Fwpdmact%3Dprocess%26did%3DNjUuaG90bGluaw%3D%3D&ei=Tz1qU4-hGojPsAS81YDoDA&usg=AFQjCNFVr2p4aJaDN07jYkZoqyecwL7WhQ&bvm=bv.66111022,d.cWc

MAIA, Rosane de Oliveira. **A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará**. Belém, Pará: UFPA - NAEA. Dissertação de Mestrado. 2011.

MATA, Milton da et ali. **Proposta de Diagnóstico geossocioambiental do complexo das Ilhas Sul de Belém.** Belém, Pará: Laboratório de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (Lahima) do Instituto de Geociências (IG/UFPA).. 2011.

MEIRELLES Fo, João. **Livro de Ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

_____, & BARNEY, Maria Jose Gonzalez. **Specialty of the Day: Delicious 500gms of Amazonian Beef Steak produced by 7.000 grams of carbon dioxins, 7.000 litres of water, mixed with belched methane, is the ideal recipe for climate change.** The Netherlands: Nature Inc. Questioning the Market Panacea in Environmental Policy and Conservation, jul. 2011.

_____. **Quem liga para o Marajó?** Rio de Janeiro, RJ: O Eco Amazônia, web-site, 2010. http://www.oecoamazonia.com/br/artigos/9-artigos/71-quem-liga-para-o-marajo

_____. **O Marajó, o Nosso Marajó, Viva o Marajó**. in *Conservação da Natureza, e eu com isto?* Fortaleza, CE: Fundação Brasil Cidadão & REMA, 2012

_____, Documento interno. **Ata da audiência pública sobre o impacto dos arrozeiros no Marajó.** Belém, PA: Instituto Peabiru, 22 de março de 2013.

NOVAES, Assunção; Saccardo, Alessio; Vieira, Ima Célia Guimarães; e Meirelles Filho, João, **O impacto do plantio de arroz no Marajó.** São Paulo, SP: Envolverde, 9.5.2012. http://envolverde.com.br/sociedade/brasil-sociedade/o-impacto-do-plantio-de-arroz-no-marajo/

PEABIRU. **Diagnóstico Socioeconômico e Cultural do Marajó – Escuta Marajó***,* Belém, PA: Instituto Peabiru, 2010;

_____. **Relatório de 3 anos de atividade do Programa Viva Marajó**. Documento interno. Pará: Instituto Peabiru, 2013.

RIBEIRO, Jocilete. **Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, Belém, PA***.* Belém, PA: UFPA. Dissertação de Mestrado. 2010.

ROSETI, Dilce de Fátima. **Projeto Marajó.** São José dos Campos, SP: INPE. 2008. Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/marajo/index.html

SANTANA, A. C. de*.* **Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açaí, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária (versão final).** Documento-resumo do Instituto Peabiru para as cadeias de valor no Marajó. Belém, PA: 2011. 65p.

_____; Mattos. C.A. C. de; Oliveira, C. M. de. **A Cadeia de Valor da Pecuária de Corte e Leite em Soure e Salvaterra, Marajó- Pa.** Belém, PA: Instituto Peabiru**.** 2011. 57p. Documento interno.

SANTOS, M.A.S. dos. **A Cadeia de Valor da Mandioca no Município de Portel.** Belém, PA: Instituto Peabiru, 2011. 54p. Documento Interno.

SILVA, R.O da; Coelho-Ferreira, M.; Jardim, M.; Lima, P.; Menezes, L. de. **Pesquisa de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas: Açaí***.* Belém, PA, Instituto Peabiru, 2011. 64p. Documento Interno.

Travessa Ó de Almeida 1083

66053-360 Reduto Belém Pará

F 55 91 3222 6000

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Silva, J.M.C. (2005) Áreas de endemismo da Amazônia. **Ciência & Ambiente**, 31, 25-38.

Silva, J.M.C. & Garda, A.A. (2011) Padrões e Processos Biogeográficos na Amazônia. *In:* de Carvalho, J.B. & Almeida, E.A.B. (Eds.) **Biogeografia da América do Sul: Padrões e Processos.** ROCA189–197.

SIMONIAN, Ligia T.L.. **Mujeres y conocimentos ancestrales en la Amazônia, Brasil.** Belém, PA: NAEA, UFPA. Papers do NAEA, No 255. Dez. 2009. ISSN 15169111

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1988. 108 p. (Coleção Temas básicos).

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 108 p. (Coleção Temas básicos).

VASCONCELLOS, H. S. R. de. **A pesquisa-ação em projetos de educação ambiental**, In: PEDRINI, A.G. (Org). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. 123 p.

VIEIRA, I.C.G., **A Reinvenção do Marajó***,* Belém, PA: Instituto Peabiru, palestra de abertura do "Dia do Marajó, 2010, artigo eletrônico, em www.peabiru.org.br

____, I.C.G., SILVA, J.M.C. & Toledo, P.M. (2005) Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. **Estudos Avançados,** 19, 153-164.